

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.223 - SP (2017/0330643-4)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : ANTONIO FERNANDES BRAGA VEICULOS
ADVOGADOS : CARMEN SILVIA SANTOS DE CAMPOS E OUTRO(S) -
SP295361
ADRIANO ALVES DA MOTA - SP255303
ALINE RIBEIRO SANTOS - SP363340
RECORRIDO : ALMERINDO CARDOSO OLIVEIRA
ADVOGADO : LUIZ AUGUSTO LOURENÇON E OUTRO(S) - SP227486

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CPC/15. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. COMPRA E VENDA DE VEÍCULO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 373, II, DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por ANTONIO FERNANDES BRAGA VEÍCULOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, ao negar provimento à apelação, manteve a sentença que julgou improcedentes os pedidos iniciais. O acórdão recorrido foi assim ementado:

Ação indenizatória c.c. declaratória. Compra de veículo de terceiro que se fez passar pelo proprietário. Veículo apreendido em decorrência de boletim de ocorrência lavrado pelo filho proprietário após retornarem os cheques dados pelo fraudador. A pessoa jurídica que comercializa veículos usados, quando das aquisições, deve preencher o endosso do documento de transferência com os seus caracteres e a data, colhendo a assinatura do vendedor e o reconhecimento de firma por autenticidade. Não o fazendo, assume o risco de sua negligência. Danos morais inexistentes. Apelo do autor improvido.

No recurso especial, a parte recorrente alega ofensa ao art. 373, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em síntese, que "(...) o Recorrido alegou em sua peça contestatória fato modificativo e extintivo do

direito do Recorrente, trazendo aos autos a alegação de que vendeu o veículo para um indivíduo de nome 'Douglas' na feira de automóveis de São Bernardo do Campo e que referido cheque voltou sem fundos, fato que levou a comunicação falsa de crime de roubo para tentar resgatar o veículo, somente após três dias venda do mesmo, culminando em total prejuízo para o Recorrente", todavia, "(...) não trouxe qualquer comprovação de suas mendazes e falaciosas alegações, com pretensão única de induzir o Judiciário a erro, o que certamente será veementemente barrado e repudiado por esta Suprema e Respeitável Corte" (fls. 188/189, e-STJ).

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 194).

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, registra-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ.

O recurso especial não pode ser conhecido, tendo em vista a ausência de prequestionamento do dispositivo tido por violado.

No voto condutor do acórdão recorrido ficou consignado o seguinte:

(...)

Conforme noticiado na inicial, é incontroverso que o veículo foi vendido a terceiro que se fez passar pelo réu e, fraudulentamente, revendeu ao autor apelante. Não obstante o infeliz desfecho, a r. sentença é irretocável em seus fundamentos, ora colacionada:

Com efeito, na hipótese de vendas sucessivas, não é lícito ao proprietário original pretender retomar o veículo do último adquirente, sob alegação de não pagamento. Se o proprietário entrega a posse e a propriedade ao comprador que, por sua vez, vende o veículo a terceiro de boa-fé, não tem contra esse terceiro as defesas decorrentes do negócio jurídico que celebrou com o comprador. Prestigia-se, neste caso, a boa-fé.

Mas não é essa a hipótese dos autos. Embora o autor estivesse de presumida boa-fé, não adquiriu o veículo da pessoa para quem o réu, espontaneamente, entregou o veículo, mas sim acreditou ter celebrado o negócio com o próprio réu,

ou seja, adquiriu o veículo de pessoa que se fez passar pelo réu.

Neste caso, o negócio jurídico que celebrou com a pessoa que se fez passar pelo réu é inexistente, já que a assinatura constante do instrumento de venda e compra (pg.28) não foi lançada pelo réu.

Trata-se de venda a non domino, prevista pelo art. 1.268 do Código Civil, segundo o qual, "feita por quem não seja proprietário, a tradição não aliena a propriedade, exceto se a coisa, oferecida ao público, em leilão ou estabelecimento comercial, for transferida em circunstâncias tais que, ao adquirente de boa-fé, como a qualquer pessoa, o alienante se afigurar dono".

Sobre o assunto, leciona Caio Mário da Silva Pereira, "a compra e venda motiva a transmissão do domínio, e, como ninguém pode transferir a outrem direito de que não seja titular ("nemo plus iuris ad alium transferre potest quam ipse habet"), o adquirente a non domino realiza um ato portador de defeito de origem" (Instituições de Direito civil, Contratos, vol. III, 14a ed., Forense, Rio de Janeiro, 2010, p. 151). Acrescente-se ainda que ao autor faltou o dever de diligência. Embora tenha exigido vistorias e recebido documentos pessoais, não obteve o documento único de transferência, devidamente assinado e com firma reconhecida e não o recebeu porque o réu manteve consigo o referido documento, sem qualquer preenchimento (pg. 99/100). Tivesse exigido a assinatura e, em especial, o reconhecimento da firma, poderia ter descoberto a fraude.

Segundo entendimento desta E. 34. Câmara de Direito Privado, a pessoa jurídica que comercializa veículos usados, quando das aquisições, deve preencher o endosso do documento de transferência com os seus caracteres e a data, colhendo a assinatura do vendedor e o reconhecimento de firma por autenticidade.

Ao que parece a empresa apelante deixou de tomar as providências de transferência imediata do veículo para economizar o valor das taxas do Detran e/ou para se furtar ao cumprimento de suas obrigações tributárias, assumindo o risco de eventuais danos dos quais não se pode furtar agora.

A indenização por danos morais é realmente indevida, todos os reflexos da dita omissão devem ser suportados pelo apelante, não se podendo responsabilizar ou penalizar o demandante por atos por ele não praticados, inclusive no que diz respeito ao boletim de ocorrência lavrado por seu filho.

Bem se vê que o Tribunal de origem não debateu acerca do conteúdo do art. 373, II, do CPC/15 (distribuição do ônus da prova), alegação feita no recurso especial, ainda que minimamente. Tal questão também não foi objeto de embargos de declaração, que sequer foram opostos.

Diante do exposto, não conheço do recurso especial.

Considerando o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários advocatícios recursais para 15% sobre o valor atualizado da causa.

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa (arts. 77, II c/c 1.021, § 4º, do CPC/15).

Intime-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator